



Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 197 • Quarta-feira, 28 de Junho de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PGR DEVE SEGUIR RECOMENDAÇÕES DA KROLL

Págs. 3 a 5

**Aprovado financiamento da estrada
Mueda-Negomano**

Pág. 2

Nampula alarga parque de caju

Págs. 10 e 11

GOVERNO APROVA FINANCIAMENTO DA ESTRADA MUEDA-NEGOMANO

O Conselho de Ministros aprovou esta terça-feira, reunido na sua 21.ª sessão ordinária, o financiamento para a construção da estrada Mueda-Negomano, em Cabo Delegado, que faz ligação terrestre entre Moçambique e a vizinha Tanzânia, através da Ponte da Unidade Nacional. Segundo explicou a porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana, o projecto da estrada, que possui uma extensão de 173 quilómetros, vai ser financiado com fundos do Governo moçambicano, que já dispõe de cerca de 72.710 mil dólares norte-americanos desembolsados pelo Fundo Africano de Desenvolvimento em forma de donativo (3.040.000 dólares) e crédito (69.670.000 dólares americanos), cujo acordo de desembolso foi rubricado em Fevereiro do corrente ano. Comoana explicou ainda que foram igualmente apreciados e aprovados quatro acordos destinados à promoção e financiamento de projectos nos domínios da terra e florestas, em função do encontro realizado a 11 de Maio entre o Governo moçambicano e a Associação para o Desenvolvimento Internacional (IDA).

Dois acordos são destinados ao financiamento de projectos de investimento florestal, num montante em 15 milhões de dólares norte-americanos (crédito) e 3 milhões em donativo. Outros dois dizem respeito ao donativo de 8,8 milhões de dólares e um crédito de 13,2 milhões de dólares para o financiamento de projectos de investimento florestal, no âmbito do Fundo Estratégico para o Clima. Ainda na sessão de ontem,



Novos preços dos combustíveis entram em vigor quarta-feira

foram apreciadas informações sobre a situação da gestão das calamidades, nomeadamente a reconstrução das infra-estruturas danificadas pelo ciclone DINEO, na província de Inhambane. O fórum de infra-estruturas, realizado na cidade de Tete nos dias 7 e 8 de Junho, e a sua matriz de implementação e o relatório sobre a avaliação da Bienal das Metas da declaração de Malabo da União Africana sobre agricultura igualmente mereceram destaque no Conselho de Ministros. Foi também apreciado o relatório das visitas do Presidente da República aos Estados Unidos da América e a Cuba, que, segundo a porta-voz do Governo, constituíram uma grande oportunidade para passar em revista os assuntos de cooperação bilateral e de interesse regional e internacional.

REAJUSTADOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Os preços dos combustíveis e outros produtos petrolíferos sofreram ontem um reajuste, devendo entrar em vigor a partir desta quarta-feira. Com o reajuste, o gasóleo desce dos actuais 51,79 meticais o litro para 50,48 meticais, enquanto a gasolina passa de 53,57 meticais o litro para 57,89 meticais. Por sua vez, o gás doméstico (GPL) reduziu de 70,32/kg para 40,57/kg. Já o gás comprimido (GNV) passa dos anteriores 26,34 meticais para 27,09 meticais por litro/equivalente. O petróleo de iluminação passa dos actuais 37,88 meticais o litro para 39,65. A alteração do preço dos combustíveis e outros produtos petrolíferos surge da apli-

cação na íntegra, pelo Governo, da legislação sobre a matéria, nomeadamente o artigo 67 do Decreto 45/2012, de 28 de Dezembro, que estabelece a necessidade da revisão dos preços de venda ao público numa base mensal sempre que se verifique uma variação do preço-base superior a três por cento, ou caso haja alteração dos impostos. Sublinhe-se que o último ajustamento do preço dos combustíveis e outros produtos petrolíferos foi a 17 de Maio de 2017. Entretanto, foi a 22 de Março de 2017 que o Governo anunciou que passaria a actualizar os preços com base no Decreto 45/2012, pondo fim ao subsídio generalizado que até então vinha sendo implementado.



ECONOMIA REERGUE-SE DEPOIS DE ANOS DESAFIANTES

– considera o PR, Filipe Nyusi



Um dos momentos que marcaram as celebrações dos 42 anos da independência

A economia moçambicana está a reerguer-se plenamente depois de dois anos de uma situação macroeconómica desafiante, com a perda do poder de compra do metical em relação a outras moedas, redução do apoio ao Orçamento do Estado, elevada taxa de inflação, estiagem, entre outros fenómenos que influenciaram negativamente o país.

As várias medidas para reverter a situação demonstram sinais encorajadores e que, segundo o Presidente da República, Filipe Nyusi, permitem que se diga que a economia moçambicana está de volta ao crescimento.

Nyusi, que falava há dias na Praça dos Heróis Moçambicanos, em Maputo, por ocasião da celebração dos 42 anos da independência nacional, disse que as perspectivas macroeconómicas e de

investimento produtivo nacionais e estrangeiros continuam fortes e firmes, emitindo sinais bastante encorajadores. Fruto disso é que, este ano, o país poderá registar um crescimento de 5.5 por cento do Produto Interno Bruto, contra os 3.8 de 2016.

Fazendo avaliação do primeiro trimestre do ano em curso, o PR referiu que a inflação dos preços de produtos se situou em 21.7 por cento, com tendência descendente, contra os 25.7 por cento de 2016. A taxa de câmbio do metical em relação às principais moedas internacionais tem tendência de estabilizar-se, tendo passado dos anteriores 80 meticais por dólar norte-americano em 2016 para os 60 meticais/dólar americano neste momento.

No que concerne às reservas internacionais para a compra de bens factoriais e não factoriais, disse que o país passou de

1.833 bilião de dólares americanos no fim de 2016, o suficiente para 3.6 meses de importações, para 1.961 bilião de dólares, acima da meta planificada, o suficiente para 5.4 meses de importações.

Em relação às festividades dos 42 anos da independência, o PR referiu que a data celebra a moçambicanidade, que se alicerça nos actos de cada um dos cidadãos, coincidindo com o ano em que o país decidiu resgatar a agricultura como ferramenta para alcançar o seu orgulho, que é a segurança alimentar e nutricional, assim como a geração de renda.

"Queremos saudar todos os moçambicanos que com seu empenho no aumento da produção e produtividade agrária responderam de forma inequívoca ao nosso chamamento e todos aqueles que nas várias frentes trouxeram resultados que nos orgulham como moçambicanos", anotou.



Várias personalidades marcaram presença na Praça dos Heróis para as celebrações do 25 de Junho

AVANÇOS NO DIÁLOGO POLÍTICO COM A RENAMO

No domínio da paz, o Presidente da República garantiu que vai continuar a fazer tudo ao alcance para que os desígnios da paz, unidade e reconciliação sejam uma realidade, tendo por isso defendido o espírito de tolerância entre os cidadãos e o combate a todas as formas de discriminação e que se oponham à paz e fraternidade.

Por isso, o diálogo com a Renamo continua através das

comissões de descentralização dos assuntos militares, tendo, segundo o PR, já sido consensualmente acordados vários assuntos, entre os quais a agenda de trabalho, o mecanismo de monitoria e verificação das tréguas, que já entrou em funcionamento.

"Está em curso a preparação das propostas de instrumentos legais relativos à descentralização. As comissões procuram soluções

comensuráveis com a nossa realidade, que conforte todos os moçambicanos e os que investem e residem no país", explicou o governante.

Na ocasião, Nyusi anunciou a retirada das Forças de Defesa e Segurança, nesta segunda-feira, de mais oito posições da serra da Gorongosa, província de Sofala, nomeadamente em Nhantaca, Mucotsa, Nhancunga, Mapanga Panga, Namadgiwa, Nhau-

chenge, Lourenço e Nhariosa. Esta retirada, segundo o PR, tem em vista continuar a manter um ambiente de confiança mútua entre as duas partes, e todas as acções são confirmadas pela equipa conjunta de monitoria e verificação criada pelo Governo e a Renamo no âmbito do diálogo político.



PGR DEVE AVANÇAR NO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA KROLL

O Presidente da República, Filipe Nyusi, apelou há dias a Procuradoria-Geral da República (PGR) a dar seguimento às recomendações constantes do relatório da Kroll, firma internacional que efectuou auditoria independente às dívidas soberanas "ocultas" contraídas a favor das empresas EMATUM, ProIndicus e MAM, sem aval do Parlamento.

Falando domingo na Praça dos Heróis Moçambicanos, um dia

após a PGR divulgar o relatório sumário das investigações, Filipe Nyusi disse que o Ministério Público deve dar seguimento às recomendações constantes do relatório, no quadro das suas competências e mandato.

"Reiteramos que o Governo vai conceder todo o apoio institucional à PGR no âmbito do processo de implementação das recomendações contidas no relatório", disse Nyusi.



O relatório sumário da auditoria independente foi divulgado último sábado pela PGR e, entre as conclusões, avança falhas de gestão do valor contratado, calculado em 2.007 milhões de dólares; inconsistência na declaração de fundos aplicados numa das empresas, neste caso a EMATUM; discrepância entre os preços dos activos e serviços fornecidos; além de altas taxas pagas aos bancos.

Entretanto, a auditoria não conseguiu esclarecer como é que o valor foi aplicado e o destino de 500 milhões de dó-

lares.

Em termos de recomendações, a auditoria refere a necessidade de uma revisão abrangente da legislação no que concerne à forma como as empresas do Estado são tratadas pelas diversas instituições, nomeadamente o Banco de Moçambique, o Ministério das Finanças e outras instituições relevantes.

Também recomenda que as empresas que integram o sector empresarial do Estado adoptem directrizes de governação corporativa da Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Económico, entre outras.

O PR defende que as recomendações constantes do relatório poderão contribuir para o contínuo fortalecimento do sistema de controlo e gestão de finanças públicas do país, ora em curso, sobretudo no concernente à gestão transparente da coisa pública e à responsabilização. Também vão ajudar a compreender o processo de financiamento e aplicação dos fundos dos empréstimos.

"A divulgação do relatório da auditoria internacional inde-

pendente, aliada aos avanços que estamos a registar no alcance da paz definitiva e na recuperação da economia, reforça a nossa convicção de que caminhamos para a restauração junto dos parceiros e investidores", disse.

Segundo o Presidente, é esperança dos moçambicanos que, com a publicação do relatório sumário da auditoria independente sobre as dívidas, a comunidade internacional retome a sua confiança e o apoio ao país.

RELATÓRIO REFORÇA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA COISA PÚBLICA

Para o primeiro-ministro de Moçambique, Carlos Agostinho do Rosário, as recomendações do sumário executivo do relatório da auditoria internacional independente feita pela Kroll Associates UK às dívidas "ocultas" servirão de base para que o país continue a reforçar os níveis de transparência na gestão da coisa pública.

"Seguramente, traz recomendações que servirão de base para que continuemos a reforçar os níveis de transparência na gestão da coisa pública", realçou o governante, apontando que a expectativa é que os passos subsequentes a serem dados pela PGR, em cumprimento das recomendações sirvam para esclarecer tudo aquilo que ainda falta.

Reforçando a abertura do PR, Agostinho do Rosário garantiu que o Governo vai colaborar para que a PGR possa responder de forma cabal a todas as questões que têm de ser esclarecidas.

DOCUMENTO ACONSELHA SOBRE UTILIZAÇÃO DO BEM PÚBLICO

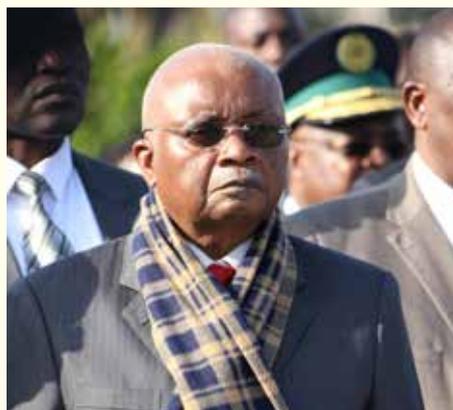


Para o antigo Presidente moçambicano Joaquim Chissano, o relatório da Kroll é um instrumento que vai aconselhar sobre melhor utilização do bem público.

Segundo ele, o bem público não se resume apenas no dinheiro, mas também em outros meios materiais de que o país é dotado, que devem ser devidamente usados para garantir o crescimento e desenvolvimento de Moçambique.

"O relatório vai aconselhar sobre a melhor utilização do bem público não só em dinheiro, mas em material também", disse o antigo estadista, acrescentando que o relatório vai ajudar com os mecanismos que o Estado introduzirá, na base do relatório, para que se possa tirar melhor proveito dos recursos.

GUEBUZA DESCONHECE CONTEÚDO DO RELATÓRIO DA KROLL



Já Armando Guebuza, em cujo mandato as dívidas foram contraídas (nos últimos anos), disse não estar em condições de emitir qualquer comentário sobre o relatório da auditoria às contas das empresas EMATUM, ProIndicus e Mozambique Assets Management (MAM), porque ainda não havia lido.

"Ainda não tive acesso ao relatório, por isso não posso fazer nenhum comentário", disse o antigo Presidente, mesmo ante a insistência de jornalistas.

Construção civil**FALTA DE MATERIAL ADEQUADO PROPICIA ACIDENTES LABORAIS***Texto: Glória Cossa**Foto: Mário Vasco*

A falta de meios de protecção e material adequado nas empresas de construção civil propicia a ocorrência de acidentes de trabalho, que podem levar à incapacidade total permanente, parcial, temporária e até à morte de trabalhadores.

Para além das empresas de construção civil, este fenómeno é frequente nas companhias de segurança privada, que sistematicamente violam os princípios de higiene e segurança no trabalho.

Segundo refere a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), é preciso que as entidades empregadoras garantam condições pessoais e material de trabalho para proteger a integridade dos trabalhadores, isto é, promover ambiente seguro para a integridade física e psicológica, evitando ruído, vibrações, calor ou frio excessivos, poeiras, vapores tóxicos, entre outros. Dados da OTM indicam que só em 2015 foram registados 5125 acidentes de trabalho, dos quais 4239 ligeiros, 839 graves e 47 fatais.

Apesar de estes números revelarem uma redução em 200 acidentes em relação a 2014, a situação continua preocupante, uma vez que, segundo Maria Helena José Ferro, secretária para a área de Relações Jurídicas e Sociais, o incumprimento das normas elementares por parte dos trabalhadores e empregadores ainda é grave.

Nas empresas de construção civil e segurança privada, os acidentes ocorrem mais devido ao uso de equipamentos obsoletos, falta de meios de protecção e material adequado. Também se apontam o não



A OTM exige que as entidades empregadoras garantam condições de trabalho

uso de material de protecção por parte de alguns trabalhadores, inobservância e falta de educação dos trabalhadores para a observância das normas de higiene e segurança no trabalho, ausência de sinalização dos locais de risco e excessiva jornada laboral.

Para reverter este cenário, a OTM-CS na cidade de Maputo, em coordenação com a Direcção do Trabalho e as empresas, tem desenvolvido acções de monitoria e educação cívica sobre higiene e segurança no trabalho, mobilização dos trabalhadores e entidades empregadoras para prevenir acidentes profissionais.

Helena considera como desafio o fortalecimento da educação aos trabalhadores para o devido uso do material de protecção, de modo a evitar acidentes ocupacionais.

"Há necessidade de elevar as estratégias de luta sindical,

tendo como argumento fundamental o preceituado na Lei do Trabalho, no que tange às obrigações das entidades empregadoras relativas à protecção dos trabalhadores", explicou.

Maura Polinice, gestora numa empresa de segurança privada, considera que actualmente os acidentes de trabalho estão a diminuir com o envolvimento da Inspeção Geral do Trabalho, que tem ministrado formações sobre esta matéria nas empresas.

"A Inspeção Geral do Trabalho organizou uma formação com vista a divulgar o novo regulamento do regime jurídico sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais. Esta formação abrangeu todos os colaboradores da nossa empresa e é por isso que quase não temos tido situações de acidentes", explicou.

O actual regime jurídico prevê indemnização em caso de aci-

dentos de trabalho que afectam a capacidade física, moral ou morte do trabalhador.

Entretanto, os sindicatos devem continuar a pressionar as entidades empregadoras para assegurarem a aquisição e uso de equipamento de protecção, além de regulamentar e criar mecanismos de assistência rápida aos trabalhadores em situações de acidentes de trabalho.

João Macamo, trabalhador numa empresa de construção civil, disse haver situações de falta de equipamentos como botas e andaimes, óculos de protecção e luvas não adequados, sobrecarga horária e outras situações que contrariam o plasmado na legislação laboral vigente no país.

"Nós fazemos horas extras consecutivas, não temos tempo de descanso, e isso prejudica a nossa saúde. Pode não ser hoje, mas a longo prazo vamos sofrer", desabafou.



Cidade de Maputo

MALEIANE APELA AO AUMENTO DA PRODUÇÃO

A cidade de Maputo é das regiões do país com poucas áreas de produção agrícola, devido à sua extensão territorial. O espaço existente, sobretudo em duas cinturas verdes, é usado sobretudo para a produção de hortícolas como alface, couve, tomate, cebola e outros produtos frescos.

Para monitorar de perto a campanha agrícola em curso nesta região do país, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, chefiando uma brigada do Conselho de Ministros, escalou há dias os campos agrícolas e de produção de frangos nos distritos municipais kaMavota e kaMabukwane, onde assegurou aos produtores que o Governo está a mobilizar recursos financeiros para a dinamização da produção, com destaque para a reabilitação de sistemas de irrigação, mecanização agrícola e produção de sementes.

Maleiane, que fazia se acompanhar pelo ministro dos Combatentes, Eusébio Lambo; vice-ministra da Juventude e Desportos, Flávia Azinheira; e pela governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura, escalou os campos agrícolas das associações Massacre de Mbuzini e Graça Machel, Centro de Agregação de Valores, onde se informou sobre a produção de hortícolas para abastecer a cadeia de supermercados da cidade de Maputo.

"Vamos apoiar os agricultores e avicultores para alcançarem as suas metas de produção e



Maleiane garantiu aos produtores que o Governo está empenhado em garantir o aumento da produção

produtividade, bem como a capacidade de produção", assegurou Maleiane, instando, porém, a que os camponeses se empenhem mais para o aumento da produtividade, recorrendo a novas técnicas e tecnologias.

Aliás, recentemente foi alocado pelo Governo às zonas verdes de Maputo um sistema de irrigação multiuso, o qual se espera que contribua para o aumento da produção mesmo na época de seca.

"Com este sistema conseguimos aumentar a produção de 808 toneladas de hortícolas em 2016 para 3.8 mil toneladas em 2017", explicou, acrescentando que a mecanização agrícola também vai contribuir para o incremento da produção.

Num outro desenvolvimento, o chefe da brigada do Conselho de Ministros instou a ade-

são dos avicultores aos seguros para os seus produtos, para minimizar os riscos de perda no transporte de frangos para os matadouros.

Adriano Maleiane mostrou-se

optimista quanto ao trabalho do Governo e associações de agricultores na promoção desta cadeia de valor, que conta com o apoio de todos os sectores.

DOIS PARQUES DE MÁQUINAS REFORÇAM PRODUÇÃO

Dois parques de máquinas agrícolas foram instalados há dias, na cidade de Maputo, para reforçar a produção agrícola nesta região, no âmbito do Programa Nacional de Mecanização Agrária.

A instalação dos parques foi oficializada pela governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura, com a entrega aos distritos KaMavota e KaTembe de dois dos cinco tractores disponibilizados e respectivos implementos (duas charruas,

duas grades, uma capinadeira, um pulverizador e um atrelado de 5 toneladas).

Na ocasião, a governante pediu às associações agrícolas para usarem adequadamente os equipamentos disponíveis e aumentarem a produção.

Refira-se que o uso das máquinas pelos camponeses é sujeito ao pagamento de um certo valor, com qual se deve garantir a sustentabilidade dos equipamentos e o reembolso do valor da sua aquisição.

**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmoçambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinque, Líria Samissone, Leonildo Balango e Pilatos Pires

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DEVEM DAR O MELHOR DE SI

– exorta Iolanda Cintura, governadora da cidade de Maputo

Texto: Brígida da Cruz Henrique



A governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura, exige mais dos funcionários públicos

Dezasseis anos após a implementação da Reforma do Sector Público, cujo lema foi "Funcionário a servir cada vez melhor ao cidadão", é inegável que a postura do funcionário do Estado melhorou bastante na sua maneira de ser e estar, cogitar e agir, o que converge com a qualidade e celeridade no atendimento público.

Mas a celeridade no atendimento público e combate à corrupção constituem batalhas ainda por vencer, daí que o sector estatal se esforce em capacitar, formar e sensibilizar os seus funcionários de modo a responderem cabalmente aos anseios dos cidadãos. E Iolanda Cintura, governadora da cidade de Maputo, quer mais deste grupo social, defendendo o contínuo combate ao burocratismo, corrupção e o mau serviço prestado ao cidadão.

A governante falava sexta-feira por ocasião das celebrações do 23 de Junho, Dia Internacional da Função Pública, este ano sob o lema "Criando uma cultura de prestação de serviços no cidadão: uma parceria com a juventude para a transformação de África".

Segundo ela, os funcionários e agentes do Estado devem continuar a dar o melhor de si, cada qual no seu local de trabalho.

"Saudamos os funcionários por tudo o que têm feito para responder aos anseios do cidadão e queremos encorajá-los a continuarem a dar o melhor de si, cada qual no seu local de trabalho. O lema chama a juventude para que se posicione na linha da frente para garantir a transformação que nós queremos na África Austral" – disse a governadora.

Firmina Mucavel, funcionária do Ministério

de Agricultura e Segurança Alimentar, diz que como jovem funcionária tem ajudado o sector a superar os desafios resultantes da crise, imprimindo maior dinamismo, tendo em conta que a Administração Pública moçambicana está ainda em desenvolvimento.

"Há que ajustar os salários, o sistema de transporte. Estamos no bom caminho, apesar da crise económica que se faz sentir", referiu.

Para celebrar a data, as instituições do Estado organizaram diversas actividades como marchas, deposição de flores nos monumentos aos heróis moçambicanos, palestras, feiras de saúde e agrícolas, actividades culturais, entrega de donativos aos grupos carenciados, entre outras.

Na cidade e província de Maputo, foram igualmente distinguidos mais de 3 mil funcionários e agentes do Estado, tendo por

base o Sistema de Gestão e Avaliação da Administração Pública (SIGEDAP), três dos quais do Gabinete de Informação (GABIN-FO).

Trata-se de Maria Eugénia, Rucai Gulamo, ambas secretárias de direcção, que obtiveram, respectivamente, 18,6, 18,8 valores, e Ernesto Guambe, auxiliar, também com 18,6 valores.

Maria Eugénia, funcionária com mais de 34 anos de serviço, foi distinguida como a melhor funcionária de 2017, tendo ganho um computador portátil e um telemóvel.

"Trabalho no GABINFO há 34 anos e nunca tive experiência igual. O SIGEDAP é recente e é bom que continue funcional para estimular e motivar os que se dedicam ao trabalho", disse.

Jornal "Moçambique" soube que a pontualidade, sentido de responsabilidade e de bem servir contaram muito para a eleição de Maria Eugénia, que relatou que na sua direcção ela é das funcionárias que não devem faltar.

"A minha função não se compadece com faltas ou ausências. Chego ao serviço religiosamente às 6:30 horas e sou proibida de largar o posto antes da minha chefe, a quem dedico o prémio, por ser a pessoa que incutiu em mim esses valores, e aos meus colegas directos".

Ainda na sequência das festividades do Dia Internacional da Função Pública, o GABINFO e suas instituições subordinadas, nomeadamente o Bureau de Informação Pública (BIP), Agência de Informação de Moçambique (AIM) e o Instituto de Comunicação Social (ICS), prestaram solidariedade ao centro de acolhimento Don Orion, tendo oferecido produtos de primeira necessidade e roupa diversa.



Directora do GABINFO, Emília Moiane, na entrega de donativos ao centro de acolhimento Don Orion



SUBIDA DA TEMPERATURA PODE AGRAVAR DOENÇAS DIARREICAS E MALÁRIA NO PAÍS

Texto: Ivan Uamusse

Fotos: Mário Vasco

Moçambique é um dos países mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos em África e no mundo, dada a sua localização geográfica, sendo uma das principais vítimas das mudanças climáticas.

Nas últimas décadas, o país foi fustigado por vários desastres naturais que resultaram em grandes perdas económicas e humanas como consequência deste fenómeno, que também está a influenciar o comportamento da temperatura.

Resultados de um estudo recente divulgado semana passada pelo Observatório Nacional da Saúde indicam que, nos últimos trinta anos, o país teve um aumento de 1,5 a 2 graus centígrados do nível da temperatura. E o que se prevê para os próximos anos é que, até ao final da década 21, vai registar-se aumento de um grau centígrado e até ao final do século XXI 3 a 5 graus a mais de temperatura.

Este aumento do nível da temperatura, segundo Tânia Marrufo, médica e pesquisadora do Observatório Nacional da Saúde, poderá incrementar o número de casos de malária e doenças diarreicas no país.

"Algo importante que também encontramos foi que a subida da temperatura vai provocar o aumento do número de casos de malária em zonas de maior altitude, como são os casos das zonas altas das províncias de Manica e Niassa", alertou.

Marrufo falava durante a cerimónia de apresentação do primeiro relatório sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde em Moçambique, pesquisa elaborada pelo Observatório Nacional da Saúde em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

No que toca à chuva, o estudo indica que o país registou nos



Lançamento do relatório sobre impacto das mudanças climáticas na saúde, realizado pelo Observatório Nacional da Saúde

últimos 50 anos uma grande variabilidade, principalmente na província da Zambézia e na região costeira de Nampula, onde se registaram níveis abaixo do normal.

Contudo, houve aumento dos dias mais quentes ao longo do ano, com a temperatura a exceder os 35 graus, e uma diminuição do número de noites com temperaturas inferiores a 25 graus.

No contexto da saúde, as doenças que foram analisadas neste relatório foram as diarreias e malária, as mais prevalentes no país e que representam um grande problema de saúde pública, com impactos bastante negativos.

A falta de hábitos de higiene, o deficiente saneamento público e a chuva têm sido apontadas como as principais causas de propagação destas doenças em Moçambique. Dados oficiais indicam que, entre 1997 e 2014, as autoridades registaram mais de 7 milhões de casos de doenças diarreicas em Moçambique, de acordo com Tânia Marrufo. Segundo a ministra da Saúde, Nazira Abdula, as recentes ondas de calor registadas em várias partes do mundo e do



Nazira Abdula defende reflexão conjunta sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde

nosso país, em particular; o aumento da frequência e intensidade das secas, cheias e dos ciclones tropicais, bem como da temperatura média e a subida do nível do mar, têm impacto potencialmente devastador para a saúde do povo moçambicano.

"Ainda sofremos o impacto negativo da seca sem precedentes, que desde 2015 assola a região sul do país, estando a condicionar a disponibilidade de água e a comprometer seriamente vários indicadores de saúde", disse a governante.

Por outro lado, Abdula afirma que a recente ocorrência de

dengue e Chikugunya em várias partes do país, acompanhado da invasão de novas espécies do mosquito Aedes em Moçambique, representa nova ameaça impulsionada pelas mudanças climáticas.

"Entendemos que a mitigação do impacto negativo das mudanças climáticas na saúde exige esforços concertados de vários sectores, parceiros e da sociedade civil. Assim pensamos que este é o momento oportuno para uma reflexão conjunta sobre estratégias para mitigação do impacto das mudanças climáticas na saúde no país", disse.

NAMPULA QUER ALARGAR PARQUE DE CAJU

– para o efeito preparou mais de 1.8 milhão de mudas de cajueiros

Texto e fotos: Adilson Virgílio



Jaime Chissico, delegado do INCAJU de Nampula

A província de Nampula, a maior região produtora e exportadora da castanha de caju do país, quer alargar o seu parque este ano, de modo a aumentar a produção e qualidade desta cultura de rendimento nos próximos tempos.

Para o efeito, vai distribuir este ano mais de 1.8 milhão de mudas de cajueiros aos produtores.

Das mudas em produção, existem as enxertadas, mudas pré-franco com recurso à semente policlonal, a partir de uma machamba no distrito de Meconta, que

fornece anualmente ao sector do fomento para produção e distribuição.

Segundo explicou o delegado do Instituto de Fomento de Caju (INCAJU) de Nampula, Jaime Chissico, este trabalho é realizado em seis viveiros localizados nos distritos de Nampula, Meconta, Liupo, Angoche, Mogovolas e Moma. Para além destes, existem outros pertencentes a produtores singulares e a empresas privadas, tais como Mozacaju e Emalink, assim como dos Serviços Distritais de Actividades Económicas.

"Neste momento temos disponíveis 1.4 milhão de mudas prontas para irem ao campo definitivo, fruto da contribuição dos seis viveiros", explicou Jaime Chissico.

Para viver de perto as actividades do subsector do caju, a equipa de reportagem do jornal "Moçambique"

escalou o viveiro de Nassuruma, no distrito de Meconta, tido como o maior do país, com capacidade de produzir mais de 1 milhão de mudas, onde conversou com Ernesto Muhave, chefe dos "viveiristas" e o mais antigo trabalhador, com mais de 20 anos de trabalho.

Neste campo estão plantados 600 mil cajueiros já na fase de maturação. "Além de produzir plantas, temos a responsabilidade de distribuir e acompanhá-las nos campos definitivos, e ensinamos às populações como plantar e cuidar delas", disse Ernesto Muhave.

As mudas são distribuídas gratuitamente, facto que contribui bastante para o crescimento do parque de cajueiros e, conseqüentemente, o aumento da produção e comercialização da castanha de caju em Nampula.



MANEIO INTEGRADO GARANTE PRODUTIVIDADE

O manejo integrado de plantas contribui para o aumento da produção, produtividade e qualidade da castanha produzida. Inclui operações como poda, limpeza, substituição da copa, tratamentos químicos ou pulverização para controlar pragas e doenças.

"Fizemos a poda dos cajueiros de Fevereiro a Maio, devido às condições ecológicas favoráveis para a actividade, para eliminar o foco de doenças e garantir manutenção fitossanitária", explicou Jaime Chissico, delegado, salientando que este ano foram abrangidos mais de 354 mil cajueiros, com envolvimento de 6078 pessoas.

"O nosso plano era fazer a limpeza de 350 mil cajueiros e conseguimos alcançar 354 mil cajueiros, facto que nos encoraja bastante", salientou.

Segundo Jaime Chissico, a limpeza de cajueiros é crucial, contribuindo não só para o aumento da produção e produtividade, mas também para a melhoria da qualidade da castanha.

"Se melhorarmos a qualidade das plantas, vamos minimizar os riscos de ocorrência de doenças e de queimadas descontroladas, para além de facilitar o trabalho do operador durante a pulverização, assim como a colheita da amêndoa", disse, salientando que a previsão para este ano é limpar 4 milhões de cajueiros, tendo já sido abrangidos 2 milhões. Para o tratamento químico, está planificada pulverização de 2.550 mil plantas.



Um dos tantos viveiros de cajueiros de Nampula

COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA CRESCEU 33 POR CENTO

A comercialização da castanha de caju na província de Nampula atingiu na campanha 2016/2017, encerrada em Fevereiro, mais de 59 mil toneladas, mais de 33 por cento em relação ao planificado.

A indústria de processamento da castanha de caju conta com 13 unidades fabris operacionais em Nampula, que até Março último haviam provisionado 43.076 toneladas, o que corresponde a 99 por cento da meta.

De acordo com o delegado do INCAJU de Nampula, foi criada uma equipa multisectorial que confirmou a exportação de 49.412 toneladas de castanha de caju.

"Em termos monetários, Nampula arrecadou pouco mais de 940 milhões de meticais com a exportação desta amêndoa", referenciou Chissico.

Devido à localização estratégica do Porto de Nacala, Nampula recebe também castanha de caju proveniente de outras províncias como Zambézia, Sofala, Manica, Inhambane e Gaza.

Como a cadeia de caju só tem sucesso com o envolvimento dos produtores privados, o jornal "Moçambique" deslo-



Orlando Langa, melhor produtor nacional do subsector de caju campanha de 2016

cou-se a Meconta, onde convervou com Orlando Langa, eleito melhor produtor nacional em 2016, o qual está a explorar mais de 2 mil hectares e conta com 35 mil cajueiros. "Estamos a produzir caju com muita força desde 2010 e conseguimos, em média, 15 toneladas de castanha por ano", explica a fonte.

Para massificar a produção, optou em fazer um viveiro na sua propriedade, com capacidade de 100 mil plantas.

"Decidimos produzir nossas plantas aqui mesmo em casa e tomámos a iniciativa com o apoio do INCAJU. Já conseguimos implantar este

viveiro, mas queremos aproveitar a cadeia completa nos próximos anos. É por isso que queremos implantar uma fábrica de processamento de sumo de caju ainda este ano", adiantou Orlando Langa.

Para impulsionar mais a produção da castanha de caju, Langa conta com apoio do Governo através do Fundo de Desenvolvimento Agrário, tendo recebido um tractor com todos implementos.

O sonho é fomentar o cajueiro na comunidade, por isso, no âmbito da responsabilidade social, a fonte está a massificar esta cultura junto de outros camponeses.

LITERATURA E JORNALISMO DE LUTO PELA MORTE DE FÁTIMA LANGA



Avozinha sempre gostou de se rodear de crianças



Em pleno dia do seu aniversário, 24 de Junho, aos 64 anos de idade, a escritora de literatura infanto-juvenil e jornalista moçambicana Fátima Langa perdeu a vida, a caminho do hospital, na sequência dum mal-estar aliado aos persistentes problemas de saúde de que padecia, associados a diabetes e tensão.

Avozinha (pseudónimo da escritora) integrava a lista das poucas mulheres escritoras que se dedicavam à literatura em referência. Escrevia

estórias que escutara dos seus avós à volta da fogueira, na povoação de Xizavane, distrito de Mandlakazi, na província de Gaza, sua terra natal.

Nos seus livros, Fátima Langa combinava o texto escrito com figuras infantis, recursos que ela encontrou para alcançar com profundidade o seu público-alvo, as crianças. Para além disso, tinha uma aposta no modelo bilingue, privilegiando o português e as línguas nacionais.

A inclinação da Avozinha ao público infantil também se revelou por meio de actividades como oficinas de literatura infantil, em que visitava escolas e outras instituições para narrar contos a crianças e realizar palestras.

Uma das suas grandes realizações foi o lançamento duma obra em braile, em 2014, destinada a crianças cegas.

Ao longo do seu percurso, Fátima Langa participou em numerosos eventos literários, sendo de destacar o concurso

literário promovido pela UNESCO Três Contos de três Mulheres (1986), tendo vencido o segundo lugar coma a obra intitulada "A Morte da Bela Acácia"; Simpósio Cultural do IILP em Mindelo – Cabo Verde (2008); Fórum Cultural da CPLP em Salvador da Bahia, no Brasil (2009); 13.a Edição da FILJ no Rio de Janeiro, no Brasil (2010); XX Concurso da Academia de Ciências e Letras do Conselheiro de Lafaiete no Brasil (2013), no qual ganhou o quarto lugar com o conto "A Campa do Desconhecido"; e XI EIDE em Brasília (2014), evento no qual teve uma menção honrosa com o conto "Xipamanine" e foi homenageada como Personalidade do Ano.

No mundo da literatura, dentre vários livros infantis, Avozinha lançou "Uma Jibóia no Congelador" (2004); "Vhembeleti" (2006); "O Rapaz e a Raposa" e "O Coelho e a Água", suas primeiras obras bilingues, em português e cicopi (2012); "O Leão, a Mulher e a Criança" (2014); "A Gazela,

o Carneiro e o Coelho", em português e shimakonde (2015).

Dos seus últimos trabalhos constam as obras "Ndimena Vai à Escola", um livro adaptado ao teatro pelo grupo cultural M'Beu, numa produção de Isabel Jorge e encenação de Elliot Alex; e "José Correia Langa, um Mestre da Vida", obra lançada no dia 20 de Maio de 2017, em homenagem ao seu falecido pai.

Fátima Langa nasceu no dia 24 de Junho de 1953. Aos 58 anos (em 2011), ingressou na Universidade Eduardo Mondlane, onde fez o curso de Licenciatura em Jornalismo. Em 2015 criou a editora EMUJOMO (Editora Mulheres e Jovens Moçambicanos), sediada em Maputo. Ela deixa dois filhos e dois netos.

As exequiais de Fátima Langa terão lugar hoje, quarta-feira, no Cemitério de Lhanguene, antecedidas de velório na Paróquia Santo António da Polana, cidade de Maputo.